

PARECER ÚNICO – URFBio Sul 04/2019
PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO MINERÁRIA
Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul de Minas
Processo IEF nº 10000000226/19

1 – DADOS DO PROCESSO E EMPREENDIMENTO

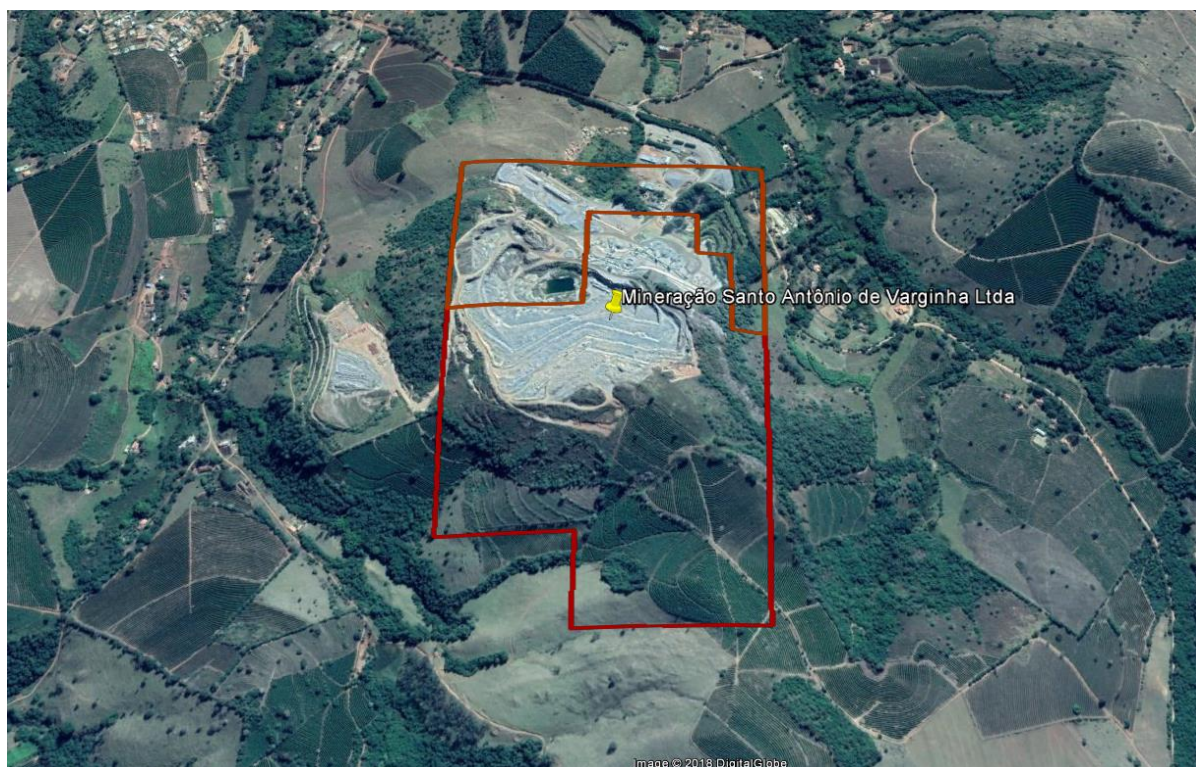
Tipo de Processo / Número do Instrumento	(x) DAIA	PA nº 10020000022/15
	(x) Licenciamento	PA nº 00235/1991/014/2015
Fase do Licenciamento	LO renovada - nº 253/2018	
Empreendedor	Mineração Santo Antônio de Varginha Ltda	
CNPJ / CPF	25.860.537/0001-52	
Empreendimento	Mineração Santo Antônio de Varginha Ltda	
DNPM	853.112/1976 e 832.136/2001	
Classe	5	
Condicionante Nº/texto	03 / “Apresentar cópia do TCCM assinado junto ao IEF referente à compensação ambiental prevista no Art. 75 da Lei Estadual nº.: 20.922/2013.”	
Localização	Varginha-MG	
Bacia	Bacia Hidrográfica do Rio São Grande	
Sub-bacia	Rio Grande	
Área intervida (ha)	0,1434 ha	
Localização da área proposta	Unidade de Conservação: Parque Estadual Serra do Papagaio	Município: Baependi-MG
Área proposta (ha)	0,1434 ha, sendo esta, parte do saldo remanescente de 1,3252 ha de um total de 53 ha já aprovado para doação no processo nº 100000000225/19.	
Equipe / Empresa responsável pela elaboração do PECM	Ricardo Barros Pereira – Engenheiro Civil CREA MG nº 5061922446/D Rocca Engenharia Mineral Ltda	

2 – ANÁLISE TÉCNICA

2.1 Introdução

O empreendimento **Mineração Santo Antônio de Varginha LTDA**, inscrita no CNPJ nº 25.860.537/0001-52, opera desde de setembro de 1966, localiza-se em zona rural do município de Varginha, na propriedade Fazenda Ribeirão Santana II, a 8 Km do centro da cidade de Varginha, coordenadas: latitude 21° 33' 25,61" S e longitude 45° 22' 08,62" O, SIRGAS 2000.

Localizado no município de Varginha, é formado por um complexo minerário contemplando os Processos DNPM nos 853.112/1976 e 832.136/2001.



Atua no setor de extração de rocha para produção de britas e comercialização e a substância mineral explorada é o granito.

As principais atividades desenvolvidas são: "Extração de rocha para produção de britas - Pilhas de rejeito/estéril - Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento a seco".

TABELA 01: Caracterização do Mineração Santo Antônio de Varginha LTDA, localizada no município de Varginha, MG.

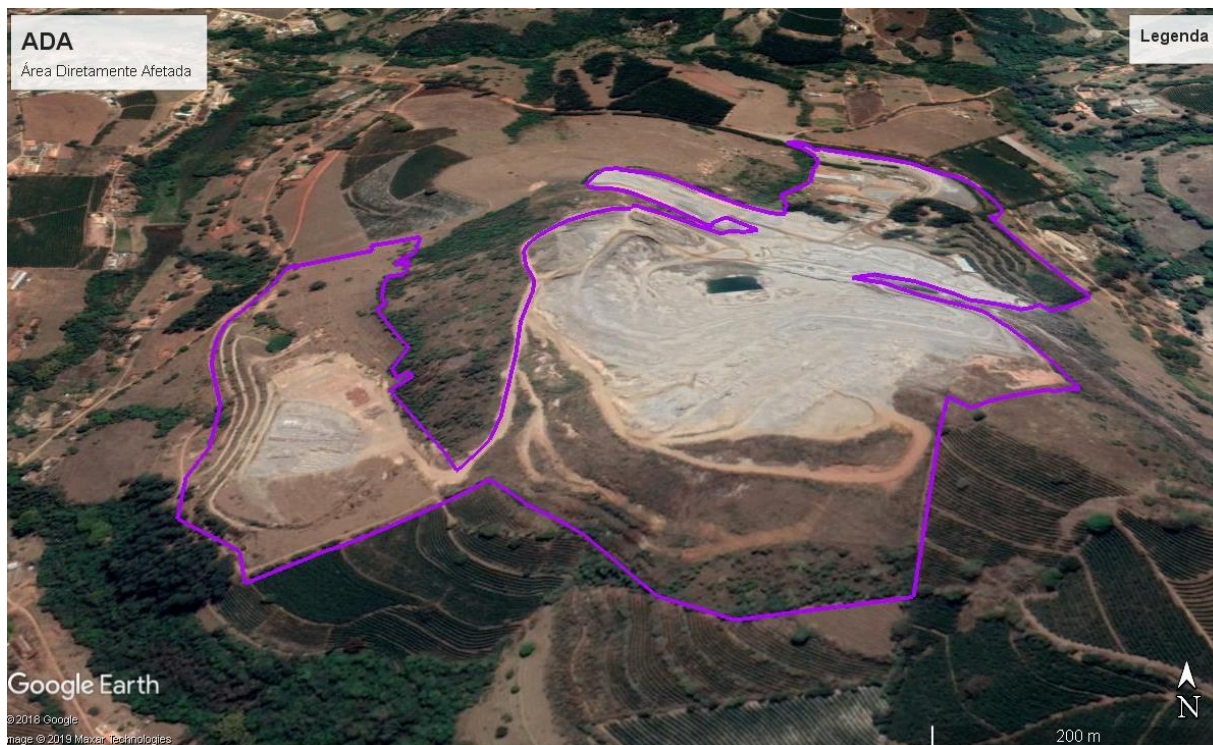
Código DN COPAM 217/17	ANM	Atividades Objeto de licenciamento (DN COPAM 217/17)	Classe	Quantificação do “parâmetro determinante de porte adotado pela Deliberação Normativa COPAM Nº 217/17”
A-05-04-5	853.112 /1976	Pilhas de rejeito/estéril	5	12,5 ha
A-02-09-7	832.136 /2001	Extração de rocha para produção de britas	4	1.463.600 t/ano ou 585.440 m³/ano
A-05-01-0		Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento a seco	3	1.463.600 t/ano

A propriedade onde está a **Mineração Santo Antônio de Varginha LTDA** possui área total do terreno de 119,94 ha, matrícula nº 21.910, possui duas glebas destinadas a Reserva Legal totalizando uma área de 23,98 ha, sendo Reserva Legal 01 de 2,6141 ha averbada na matrícula nº 25.192, Fazenda Ribeirão Santana II, município de Varginha e a Reserva Legal 02 com 21,3740 ha, averbada na matrícula nº 27.781, Fazenda Guidoal, município de Três Corações.

A área do empreendimento encontra-se na bacia hidrográfica do Rio Grande. Possui uma única frente de lavra onde a rocha é extraída, seguindo posteriormente para a instalação de britagem, de onde saem os diversos produtos para o pátio de estocagem.

Em novembro de 2018, obteve licenciamento ambiental nº 253/2018, na modalidade de Renovação de Licença Ambiental de Operação, englobando todas as licenças em vigor, não sendo necessária nova supressão de vegetação nativa naquela fase da licença.

A vegetação suprimida na Área Diretamente Afetada do empreendimento era representada por vegetação típica de Floresta Estacional Semidecidual em estágio secundário de regeneração natural, parte integrante da Mata Atlântica em transição com Cerrado e Campo-Cerrado, bem como a vegetação de campos de pastagem e cultivos perenes, que para a qual, foi compensada com a doação de 53 ha, sendo 51,6748 ha para o processo nº 10000000225/19, e o remanescente registrado como saldo para compensações futuras, aprovado pela Câmara de Proteção à Biodiversidade e Áreas Protegidas - CPB do COPAM em 27/11/2019.



O processo COPAM nº 00235/1991/014/2015, abrangido na renovação, obteve posteriormente, autorização para supressão de vegetação nativa em uma área de 0,1434 ha, através do DAIA nº 0029638-D formalizado após 17/10/2013.

Desta forma, para esta área, o empreendimento submete-se também ao § 1º do Art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013, sendo esta compensação proposta neste processo.

A compensação em questão, refere-se a uma intervenção realizada posteriormente à Lei Estadual 20.922/2013, autorizada através do DAIA nº 0029638-D, datado de 03/06/2015 processo administrativo nº 10020000022/15.

O presente parecer tem por objetivo analisar a proposta de compensação minerária nos termos do § 1º do Art. 75, da Lei Estadual 20.922/2013 – PA nº 10000000226/19 - Projeto Executivo de Compensação Florestal de Empreendimento Minerário, uma vez que esta intervenção foi autorizada na vigência da Lei Estadual 20.922/2013.

2.2 Área intervinda

Conforme PU do DAIA a área suprimida foi utilizada para Ampliação de sistema viário:

“Foi requerido pela MINERAÇÃO SANTO ANTÔNIO DE VARGINHA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 25.860.537/0001-52 a autorização para supressão de vegetação nativa uma área de 0,1434ha, em estágio inicial de regeneração natural do Bioma Mata Atlântica, junto à propriedade denominada Ribeirão Santana II, localizada no município de Varginha.”

“Foi constatado durante vistoria "in loco" que a área, situada ao longo de depósito de material de mineração, em questão é composta em sua grande maioria por espécies "invasoras" herbáceo-lenhoso caracterizando de forma inequívoca como estágio inicial de regeneração natural além de eucaliptos esparsos, estando em conformidade com o art.2º, inciso I, alínea "a" da Resolução CONAMA 392/2007, a área em questão será destinada a ampliação de sistema viário.”

Ficando determinado pelo PU a época:

“- Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 90 dias contados do recebimento do DAIA, processo de compensação florestal, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF Nº. 90 de 01 de setembro de 2014.”

As supressões ocorridas em período anterior à 17/10/2013, já foram comensadas conforme processo 10000000225/19, e para esta supressão submete-se aos critérios do parágrafo 1º do Art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013.

Todas as atividades e processos relacionados ao empreendimento estão localizados no município de Varginha. Sendo o ato autorizativo referente a este processo, está elencado abaixo:

Número da Licença e/ou do Ato Autorizativo de desmate	Data de concessão	Área autorizada (ha)
DAIA nº 0029638-D	03/06/2015	0,1434

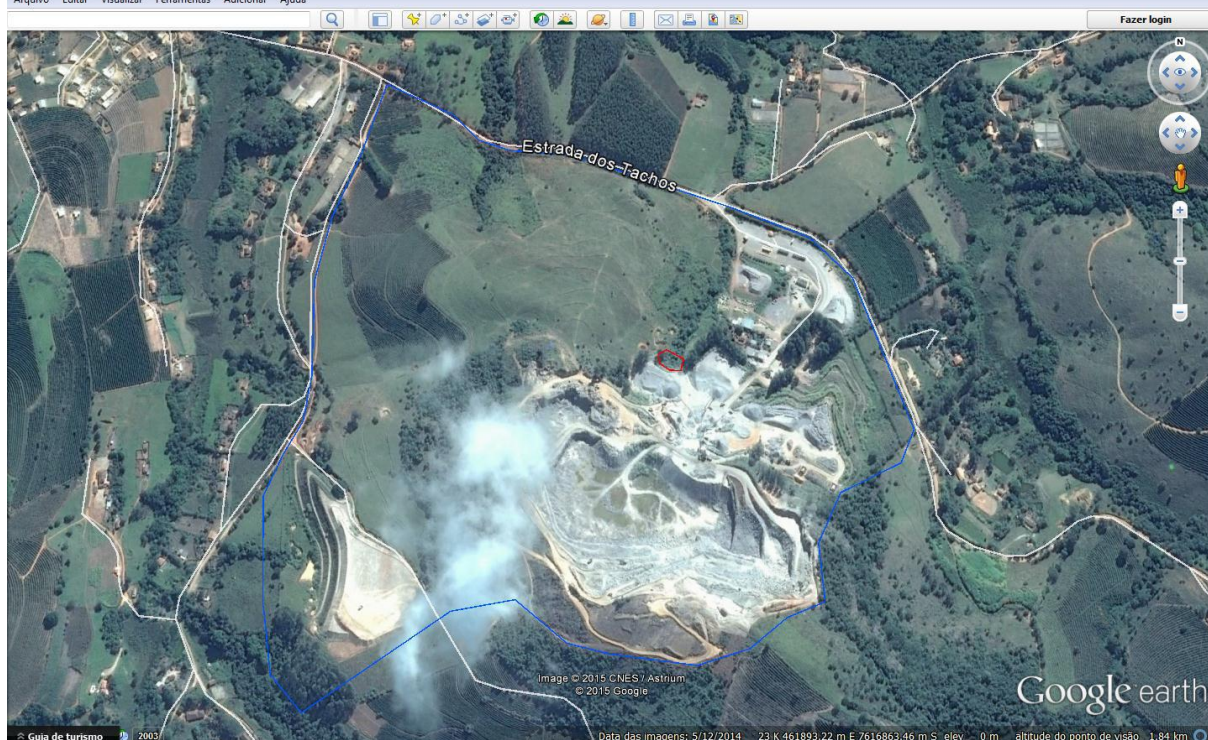


Imagem 01: Área autorizada polígono em vermelho, conforme DAIA 0029638-D.

2.3 Proposta Apresentada

Destaca-se que a área a ser utilizada para compensação dos empreendimentos que se submetem ao parágrafo 1º do Art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013 não pode ser inferior à área de realização de supressão de vegetação nativa, autorizadas no processo de regularização.

Desta forma toda a área impactada pela supressão, posterior à citada lei será passível de compensação, sendo considerada neste caso, a área de 0,1434 ha.

Não sendo possível a compensação mineraria no município de Varginha por este não possuir em seu domínio nenhuma Unidade de Conservação de Proteção Integral pendente de regularização fundiária.

À princípio o empreendedor havia optado por compensar 50% da área intervinda na modalidade de doação de área em UC, o que seria 0,0717ha e a outra metade, 0,0717ha na modalidade de manutenção de UC, entretanto, após a publicação do decreto 47.479 de 11/11/2019, em 29/11/2019 foi apresentado pelo empreendedor/consultor, ofício solicitando alteração da proposta anteriormente apresentada devidamente justificada, com a doação de área na sua totalidade da área intervinda com supressão, sendo parte do remanescente da área em saldo do processo nº 10000000225/19, detalhado à seguir, área esta localizada no município de Baependi, pertencente à mesma Bacia Hidrográfica Federal.

A área destinada ao Parque da Serra do Papagaio – PESP que é uma Unidade de Proteção Integral Estadual.

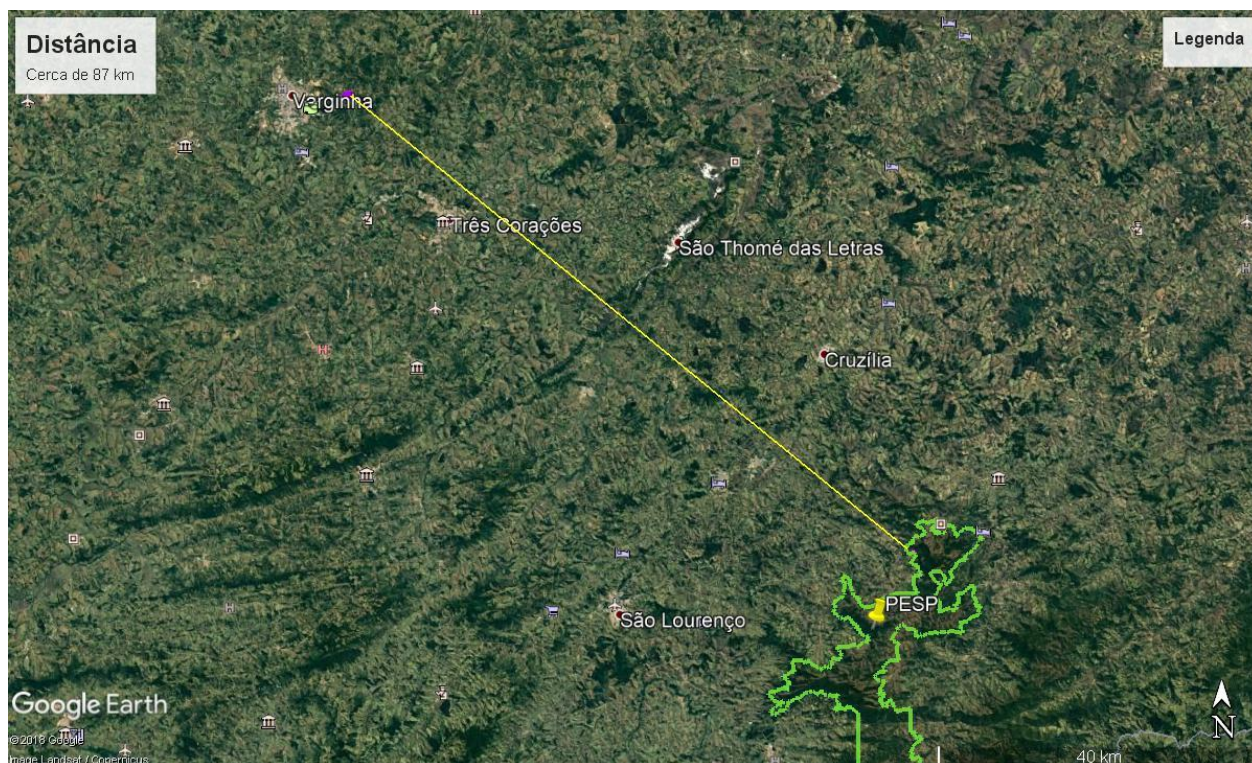


Imagem 02: Distância entre o empreendimento e o PESP

Fonte: Google Earth

As áreas propostas para doação localizam-se no interior da Unidade de Conservação de Proteção Integral – Parque Estadual Serra do Papagaio, município de Baependi/MG, não sendo inferior à área suprimida posterior à 17/10/2013.

Área total aprovada para compensação via doação de área no PESP	Área aprovada e compensada no processo nº 10000000225/19	Área a ser compensada para este processo 10000000226/19	Área em haver para possíveis futuras compensações
53,00 ha	51,6748 ha	0,1434 ha	1,1818 ha

2.4 Avaliação da proposta

O somatório das áreas das poligonais aprovadas no processo nº 10000000225/19, destinada à compensação é de 53,001 hectares, sendo que como já foi utilizada a área de 51,6748 ha, e agora proposta para utilização neste processo uma área de 0,1434 ha, restará ainda como saldo, uma área de 1,1818 ha para possíveis compensações futuras.

Importante destacar que esta área total de 53,001ha, refere-se ao somatório de três áreas conforme apresentada pelo empreendedor/consultor cujo arquivo da poligonal consta do CD anexo ao processo nº 10000000225/19.

Referente à área 1, Sítio Santo Antônio, consta dos autos do processo, cópia do Instrumento Particular de Contrato de Promessa irretratável de Compra e Venda de Imóvel, referente a área de 29,1 ha a ser doada.

Referente à área 2, Sítio Serrinha do Gamarra, consta dos autos do processo, cópia do Instrumento Particular de Contrato de Promessa irretratável de Compra e Venda de Imóvel, referente a área de 20,88 a ser doada.

Referente à área 3, Sítio Santo Antônio I, consta dos autos do processo, cópia do Instrumento Particular de Contrato de Promessa irretratável de Compra e Venda de Imóvel, referente a área de 3 ha a ser doada.

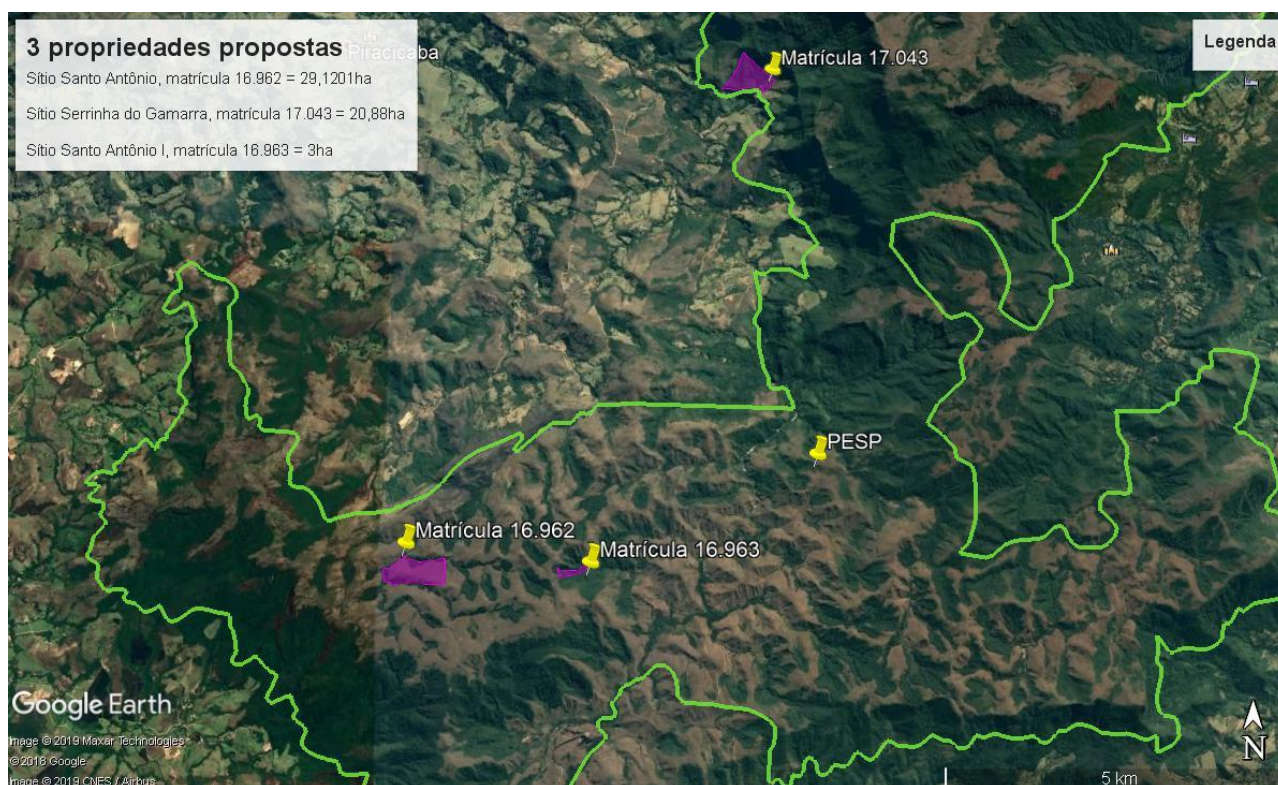


Imagem 03: As três áreas aprovadas para a compensação no processo nº 10000000225/19, localizadas no interior do PESP.

Tanto as plantas planimétricas quanto os memoriais descritivos das 3 áreas propostas para a compensação minerária constam nos autos do processo nº 10000000225/19.

O responsável técnico pela elaboração desses documentos é o Engenheiro Civil - Ricardo Barros Pereira, CREA MG 5061922446/D – A.R.T. de Obra ou Serviço nº 14201900000005422421, 14201900000005420985, 14201900000005422884 respectivamente.

Com relação à forma de compensação, a proposta apresentada compreende a doação de área no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral, pendente de regularização fundiária, atendendo também o Art. 75 da Lei Estadual 20.922/13, em seu § 1º.

Art. 75. *O empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações previstas em lei.*

§ 1º *A área utilizada como medida compensatória nos termos do caput não será inferior àquela que tiver vegetação nativa suprimida pelo empreendimento para extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades.*

Ressalta-se que o Parque Estadual Serra do Papagaio é Unidade de Conservação de Proteção Integral e que a área aprovada no processo 10000000225/19 para compensação está localizada no interior da UC, conforme Declaração emitida pela gerente do Parque.

Assim, com base nos aspectos observados conclui-se que a proposta apresentada no Projeto Executivo de Compensação Minerária atende à legislação ambiental vigente.

2.5 Cronograma de regularização da área

Foi apresentado no processo nº10000000225/19 o cronograma para cumprimento de todas as etapas necessárias para a regularização fundiária de área proposta, conforme a seguir, como o citado processo foi aprovado na CPB dia 27/11/2019, este deverá ter a continuidade dos andamentos conforme reproduzido abaixo.

Etapa/Ação	Detalhamento da Ação	Prazo
Proposta de compensação minerária junto ao IEF	Análise do processo de Compensação Florestal Minerária	120 dias após protocolo no órgão
Regularização do imóvel	Escritura de compra e venda	60 dias
TCCFM	Assinatura do TCCFM entre empreendedor e órgão ambiental	30 dias após a conclusão da análise do processo
Averbação do imóvel	Averbação da escritura do imóvel doado.	30 dias após a assinatura do TCCFM

Acrescenta-se que o cumprimento total da condicionante se dará quando for concluída a doação da área proposta ao IEF.

3 – Controle Processual

Trata-se o expediente de processo visando o cumprimento de condicionante de compensação florestal minerária estabelecida nos autos dos processos de regularização ambiental – PA COPAM nº 00235/1991/014/2015, modalidade denominada Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF, vigente à época, que teve como objeto autorização para extração de rocha para produção de britas - Pilhas de rejeito/estéril - Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento a seco.

Como em processos de AAF, caso ocorresse uma intervenção ambiental, deveria ser obtida através de processo de intervenção ambiental cujo ato

autorizativo se denomina Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental (DAIA), o qual foi emitido através do PA nº 10020000022/2015, sob o nº 0029638-D, autorizando a supressão de vegetação nativa com destoca em área de 0,1434 hectares, localizada dentro dos limites do Bioma Mata Atlântica.

A modalidade da compensação proposta pelo empreendedor está prevista no Decreto Estadual nº 47.749/2013, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, o qual estabelece em seu art. 71, §2º que: “Os empreendimentos cujos processos de instalação ou de operação corretivas tenham sido formalizados após 17 de outubro de 2013 e cuja implantação tenha ocorrido antes dessa data, ficam sujeitos ao § 1º do art. 75 da Lei nº 20.922, de 2013, devendo a proposta de compensação minerária guardar equivalência com a extensão total da área de vegetação nativa suprimida desde o início da sua instalação”

Diante do explicitado, e sendo verificado que o empreendimento foi licenciado em data posterior a 17/10/2013, o empreendedor apresentou instrumento pactual denominadas “Instrumento Particular de Contrato de Promessa Irretratável de Compra e Venda de Imóvel”, celebrado com o senhor Antônio Pedro de Oliveira (fls. 39 e 41), cuja Cláusula Terceira estabelece como objeto a compra e venda de um imóvel rural, cuja área está localizada no Município de Bapendi/MG, dentro dos limites do interior do Parque Estadual Serra do Papagaio, conforme atesta o Laudo Técnico da Gestora da Unidade de Conservação (fls. 50/51), a fim de ser posteriormente doado ao IEF para regularização fundiária.

A certidão de matrícula nº 16.963, do imóvel, registrado no livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Baependi/MG, juntada às fls. 38, demonstra, por si só, a pendência fundiária da área a ser doada.

O empreendimento, na data de 30/10/2019, formalizou neste órgão ambiental o PA nº 10000000225/19, cujo processo tem por objeto proposta de compensação minerária como medida compensatória a que se refere o §2º do art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/13, destinando mediante doação ao Poder Público, a área de 53 hectares pela intervenção minerária em área de 51,6748 hectares, restando a área remanescente de 1,3252 hectares, podendo ser utilizada como crédito em futuras compensações ambientais, consoante determina o art. 69 do Decreto Estadual nº 47.749/19, transcrito a seguir: “Na destinação de áreas ao Poder Público no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral, poderão ser aceitas áreas maiores do que aquela a ser efetivamente compensada, ficando o remanescente gravado na matrícula do imóvel como crédito a ser

utilizado pelo empreendedor em compensações futuras, podendo haver a comercialização do crédito”.

O PA nº 10000000225/19 foi aprovado 39ª Reunião Ordinária da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas - CPB, do COPAM.

Destarte, poderá ser debitada da área remanescente de 1,3252 ha, cujo procedimento de doação está em andamento no PA 10000000225/19, a área objeto da compensação minerária do presente processo ora em análise, conforme preconiza o art. 69 do Decreto Estadual nº 47.749/19.

Os autos encontram-se devidamente formalizados e instruídos com a documentação necessária para abonar a proposta em questão.

Ressalta-se, ainda, que a proposta de compensação apresentada pelo empreendedor está em conformidade com a legislação vigente, notadamente com as prerrogativas estabelecidas no artigo 75 da Lei nº 20.922/2013 c/c o art. 71, §2º do Decreto 47.749/19, bem como a utilização de área a crédito, remanescente, oriunda de doação de área de outro processo, conforme retro explicado, com permissivo para tanto previsto no art. 69 do Decreto 47.749/19, não havendo ônus que recaiam sobre os imóveis.

Imprescindível asseverar que caso a presente proposta seja aprovada pela CPB/COPAM, o empreendedor se comprometerá, via assinatura de Termo de Compromisso de Compensação Florestal Minerária– TCCFM, a proceder a doação da área mediante a lavratura de escritura pública de doação do imóvel ao órgão gestor da unidade e consequente registro perante o Cartório de Registro de Imóveis competente.

Assim, uma vez que a documentação exigida, bem como, a proposta apresentada atende aos requisitos técnicos e legais, entende-se que não há óbice para o acatamento da proposta.

4 - CONCLUSÃO

Considerando-se a análise realizada infere-se que o presente processo encontra-se apto para deliberação pela Câmara de Proteção à Biodiversidade e Áreas Protegidas - CPB do COPAM, nos termos do Art. 13 do Decreto Estadual 46.953/2016, a qual dispõe sobre a organização do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, de que trata a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016.

Ainda, considerando os aspectos técnicos descritos e analisados, bem como a inexistência de óbices jurídicos no cumprimento da proposta de Compensação Minerária em tela, este Parecer é pelo deferimento da proposta de compensação florestal apresentada pelo empreendedor nos termos do PECM analisado.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação minerária em tela não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Varginha, 2 de janeiro de 2020.

Equipe de análise	Cargo/formação	MASP	Assinatura
Amilton Ferri Vasconcelos	Analista Ambiental - Coordenador UC	1.147.646-2	
Ronaldo Carvalho de Figueiredo	Analista Ambiental - Jurídico	970.508-8	
Anderson Ramiro de Siqueira	Supervisor Regional URFBio Sul	1.051.539-3	

DE ACORDO:

Renata Lacerda Denucci

Gerente de Compensação Ambiental e Regularização Fundiária